



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM OLHAR PARA AS MUDANÇAS EM CURSO NO ESTADO DE MATO GROSSO - MT

Lilian Barreto Lellis¹
Vanderlei Balbino Costa²

¹Universidade Federal de Jataí / libionx@gmail.com

²Universidade Federal de Jataí / vanderleibalbino@ufg.br

Resumo:

Este trabalho teve como objetivos traçar um panorama histórico das políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado de Mato Grosso antes, durante e após a criação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs); analisar como está sendo implementada a proposta pedagógica por carga-horária-etapa nas escolas que ofertam a modalidade e avaliar até que ponto as mudanças em curso irão prejudicar o processo de escolarização dos estudantes matriculados nessa modalidade. O artigo traz contribuição para o ensino de jovens, adultos e idosos que frequentam a modalidade EJA no Estado de Mato Grosso. A questão levantada foi: Como as mudanças em curso no Estado de Mato Grosso poderão atingir os estudantes da EJA? Como a oferta de ensino na modalidade do EJA no Estado de Mato Grosso vem afetando esses estudantes desde 2008? A metodologia utilizada foi qualitativa. Os referenciais versaram sobre autores que discutem a modalidade EJA. Resultados: Mudanças em curso na política educacional do Estado de Mato Grosso prejudicam os estudantes que frequentam essa modalidade. Considerações: A proposta de reorganização da Rede Estadual de Ensino, programada pelo governo, tem sido vista como um retrocesso para a educação no estado, principalmente pelo fechamento dos CEJAs.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Educação de Jovens e Adultos. Formação de Professores para a EJA.

Introdução

A presente reflexão, ora em andamento resulta de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Jataí-GO. Pensamos ser relevante pontuar que a referida investigação tem como meta fazer uma discussão sobre as mudanças em curso na Educação de Jovens e Adultos no Estado de Mato Grosso.

O atual cenário educacional do Estado de Mato Grosso tem provocado críticas e discussões dentro e fora da comunidade escolar, através da promoção do "reordenamento" de diversas escolas pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Essa nova "organização" para a educação, impacta diretamente sobre a Educação de Jovens e Adultos, com o fechamento dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) em todo estado. Com a premissa de fortalecer e ampliar o atendimento a EJA, a SEDUC transformará os CEJAs em

Escolas de Desenvolvimento Integral de Educação Básica (EDIEBS), que ofertarão não só a EJA, mas também Ensino Fundamental e Médio regulares (MATO GROSSO, 2020).

A concretização do fechamento dos centros representa um retrocesso para a modalidade no estado, pois a EJA deixa de ter o seu próprio espaço no reconhecimento das especificidades de seu público, para voltar ao sistema de educação compensatória, prejudicando o processo de inserção social e inclusão desses estudantes que veem na educação uma possibilidade de melhora nas suas condições sociais e econômicas. Além de se distanciar da efetivação de uma política pública voltada para as necessidades reais da EJA no estado de Mato Grosso.

É sob essa perspectiva que lançamos o olhar para a especificidade da Educação de Jovens e Adultos no estado de Mato Grosso no qual encontramos dados que mostram o grande déficit na educação dessa modalidade e apontam para questionamentos e desafios para política pública educacional da EJA em Mato Grosso.

Diante desse cenário é que a pesquisa se faz importante, pois como afirma Freire (1992) a educação é um processo social permanente que socializa o indivíduo ao longo de toda sua vida. Assim, acreditamos que as políticas públicas estaduais voltadas para a EJA e implementadas na última década precisam de um maior entendimento, pois esta é uma temática que demanda debates e discussões, sendo notória a necessidade de expandir as fronteiras da democratização do ensino na sociedade mato-grossense, a fim de minimizar os problemas sistematizados nessa modalidade de ensino como, por exemplo, a evasão escolar. Logo é fundamental pensarmos como as mudanças em curso podem comprometer o ensino ofertado para a Educação de Jovens e Adultos no Estado de Mato Grosso?

A questão de pesquisa que norteou essa investigação foi: Como as mudanças em curso no Estado de Mato Grosso poderão atingir os estudantes do EJA? Como as mudanças na oferta de ensino na modalidade EJA no Estado de Mato Grosso vem afetando esses estudantes desde 2008?

Os objetivos nesse processo investigativo foram:

- Traçar um panorama histórico das políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado de Mato Grosso antes, durante e após a criação dos CEJAs;
- Analisar como está sendo implementada a proposta pedagógica por carga-horária-etapa nas escolas de EJA na atualidade;

- Avaliar até que ponto as mudanças em curso irão prejudicar o processo de escolarização dos estudantes matriculados nessa modalidade.

Nossa opção de pesquisa nessa investigação será qualitativa. Nesse sentido, Lüdke e André (1986, p. 11), afirma que "A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento". Cumpre-nos ressaltar que de acordo com as autoras, a pesquisa qualitativa não intenciona quantificar dados mais sim analisar discursos dos entrevistados.

A escolha por essa metodologia advém do fato de que na pesquisa qualitativa a coleta dos dados ocorre de forma espontânea no próprio ambiente em que o acontecimento se apresenta.

Nesse sentido, esta categoria de pesquisa compõe-se de levantamento de informações que consistem em descrever, de maneira detalhada, as ações das pessoas e também as situações em que os fenômenos ocorrem.

Para chegarmos a uma representação próxima da realidade do objeto pesquisado (políticas públicas da EJA no Estado de Mato Grosso), a pesquisa qualitativa irá utilizar-se de vários recursos técnicos como a pesquisa participante, entrevistas, estudos de memória, pesquisa bibliográfica entre outras fontes.

Um dos procedimentos que iremos utilizar para a realização dessa investigação será o envolvimento de educadores e estudantes de 4 escolas estaduais que ofertam essa modalidade no Estado de MT.

Fundamentação Teórica

Na tentativa de sanar a demanda do estado por escolarização de jovens, adultos e idosos que não concluíram os estudos no tempo apropriado, em 2008 foi criado o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) que fazia parte da política pública de implementação da EJA no estado. De acordo com o Censo escolar de 2018, Mato Grosso contava com 25 Centros Educacionais para Jovens e Adultos e juntos atendiam cerca de 80 mil alunos matriculados (INEP, 2019). Inicialmente, a proposta pedagógica dos centros era ambiciosa, e por mais de uma década serviram de práxis pedagógicas ao buscar a valorização do profissional que trabalhava em regime de dedicação exclusiva no CEJA, uma formação continuada específica para a modalidade EJA e uma proposta pedagógica voltada para a

emancipação dos estudantes (LEÃO et al., 2015).

No intuito de fundamentar o trabalho de pesquisa, utilizaremos uma abordagem sócio-histórica-cultural apoiando-se nas ideias de Vygotsky (2007) e Bourdieu (2007) que contribuirão nas reflexões sobre os processos pelos quais fatores sociais, humanos e históricos moldam o funcionamento humano. Especialmente quando analisados os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da EJA, sua história, as condições socioculturais e econômicas em que estão inseridos. A proposta se servirá ainda dos estudos de Saviani (2007, 2012), Rummert e Ventura, (2007) e Paiva et al. (2015, 2013) buscando refletir sobre a EJA a partir da sua reestruturação produtiva, dos interesses do Estado e da qualificação dos estudantes/trabalhadores.

Ao revermos os passos da educação brasileira notamos que as primeiras iniciativas para a educação tardia apontam para meados do século XVI com a chegada dos padres jesuítas nestas terras que se dedicaram à educação de diferentes grupos sociais daquela época, como por exemplo à catequização dos índios e à instrução de adultos e jovens nativos e colonizadores (PAIVA, 1973).

Assim, por muito tempo a Educação de Jovens e Adultos foi relegada até se tornar legalizada no Brasil, através da nova Constituição Federal de 1891, que embora se preocupasse com a formalização do ensino se distanciou dos ideais republicanos ao reforçar a desigualdade social, excluiu o adulto analfabeto do voto, momento que a maioria da população era iletrada. Em 1934, a nova Constituição Federal estabelecia a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário para todos, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser tratada de forma mais sistematizada com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE). Já nas décadas de 40 e 50, houve significativo desenvolvimento industrial, logo necessitava-se de mão-de-obra que dessem conta desse crescimento, assim a preocupação educacional era a qualificação técnica para o desenvolvimento industrial. As pressões internacionais sofridas pelo Brasil, contribuíram para o lançamento de várias campanhas contra o analfabetismo (STRELHOW, 2010).

Nos anos 1960, os movimentos sociais dão ênfase a Educação Popular, postulada por Paulo Freire, mas logo foram suprimidas pelo Golpe Militar de 64. A Ditadura Militar, na década de 70, marca o início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que se limitou a alfabetizar de maneira funcional, cabendo a esse público somente a apreensão da habilidade de ler e escrever. Na mesma década, a implantação do

ensino supletivo foi um marco importante na história do EJA do Brasil, com a criação dos Centros de Estudos Supletivos em todo o País, com a proposta de atender às necessidades de uma sociedade em processo de modernização e com objetivo de escolarizar um grande número de pessoas, satisfazendo às necessidades de um mercado de trabalho competitivo (MACHADO E CERVERA, 2018).

Segundo Di Pierro (2005) com o fim da ditadura militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, a EJA ganha fundamentação legal e se constitui como um direito público subjetivo adquirido pelo cidadão e dever do Estado, ao garantir o direito de inclusão à educação formal aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar em idade própria. Na década de 90 com a criação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, a EJA passa a ser vista sob outras perspectivas, além de uma política educacional é, acima de tudo, uma política social ao dar condições para que os alunos melhorem suas condições de trabalho, melhorem a sua qualidade de vida e com isso sejam respeitados na sociedade.

O Parecer CNE/CEB nº. 11/2000, bem como a Resolução nº 01/00 - CNE, a Resolução nº 180/00 - CEE/MT; e Decreto nº 5.840, de 13/07/06, definem que cabe a EJA tentar cumprir as funções: "reparadora, equalizadora e qualificadora", pretendendo com isso a retratação aos direitos educativos violados, nivelção nas oportunidades educacionais e qualificação permanente (FERREIRA; ALCÂNTARA; GAHYVA, 2013).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino ofertado a pessoas que foram distanciadas do direito à educação durante a infância e/ou adolescência, ou seja, não tiveram "[...] oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários". Tendo, dessa forma, sua escolaridade regular interrompida (PAIVA, 1973, p. 16).

Ao discutirmos o papel social da escola, nos voltamos para o pensamento de Galtung (1981) que diz que a escola é instrumento mantenedor dos lugares sociais, isto é, as classes sociais se formam e se dividem de acordo com o grau de instrução e formação escolar a que tem acesso, o que fica mais evidente quando verificamos o ciclo econômico que dispõe aos menos graduados as posições sociais mais baixas enquanto aos mais graduados a mais alta posição. O pensamento de Galtung (1981) é corroborado por Bourdieu (2007) ao ressaltar as condições estruturais que reproduzem as desigualdades sociais que nos ajuda a pensar a

educação como um vetor social que transforma a sociedade, apostando na educação como principal determinante das oportunidades de inserção no mercado de trabalho e da remuneração recebida.

Assim para os estudantes da EJA, a formação escolar constitui um meio de ruptura com o - de acordo com os estudos de Bourdieu (2007) - efeito hereditário do capital econômico na sociedade. Ou seja, a tendência é que as classes mais baixas e com menor formação continue nessa situação uma vez que essas pessoas não conseguem acesso ao capital escolar e cultura, permanecendo no mesmo nível por gerações e gerações, daí o efeito hereditário.

A luz da literatura, Bourdieu (2007) entendeu a educação na sociedade francesa do século XX como um fator de mudança socioeconômica e cultural, compreendemos que a educação tardia fomentada pela EJA é uma possibilidade de acesso ao saber e principalmente de melhoria nas condições sociais e econômicas a que os estudantes estão submetidos. Vislumbramos na EJA um potencial social subvalorizado, visto que essa modalidade é uma oportunidade de resgatar um cidadão que antes estava desmotivado e até perdido oferecendo a ele um ensejo de mudança de vida, não só pelo viés econômico, mas pela perspectiva cultural que muito provavelmente fará diferença para ele e para suas futuras gerações.

A partir do entendimento de Paiva (2006) de que não podemos dissociar a qualidade da educação dos investimentos nela pretendidos. Entendemos que uma hipótese importante a ser investigada versa sobre os investimentos realizados na EJA em estrutura e recursos humanos, levando em consideração principalmente a de formação especializada aos profissionais, já que o capital econômico (BOURDIEU, 2007) é um assunto crucial para qualquer discussão sobre políticas públicas para a EJA, e que no momento atual faz com que o atendimento a EJA seja reorganizado em Mato Grosso, adequando-se aos cortes e investimentos limitados que gerou ampla reforma no sistema educativo e sofreu transformações, ajustando-se aos interesses em ascensão. Desse modo, para justificar as políticas educacionais de caráter compensatório e aligeirados, evidenciado nas proposições de Rummert e Ventura (2007) é que baseamos esta investigação visto que os variados programas e projetos criados a partir da década de 90, tentam forjar uma "nova" identidade da EJA, porém serviram apenas para perpetuar hegemonia inerente às necessidades de sociabilidade do próprio capital e não com a emancipação da classe trabalhadora (RUMMERT; VENTURA, 2007, p. 33).

Resultados Parciais

Considerando os dados recentemente divulgados pelo PNAD - Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua em 2019, mostra que o Brasil tem 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos, 20,2% (ou 10,1 milhões) que não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado (IBGE, 2018). Só no Estado de Mato Grosso, são 166 mil pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 6,2%. Entre os mato-grossenses com 25 anos ou mais, 40,6% não tem instrução nem ensino fundamental, 13,4% tem o ensino fundamental completo e médio incompleto. Esse contingente poderia ser considerado uma parcela da população a ser atendida pela EJA. Os números são contundentes, ou seja, o atendimento da EJA é muito aquém do que poderia ser. Principalmente, porque entre os anos de 2009 a 2018, houve uma redução de 25,7% no número de escolas que ofertam a modalidade EJA no estado (INEP, 2018).

A constante redução de gastos com a manutenção dos centros acabou em seu reordenamento pelo governo do estado, comprometendo a proposta pedagógica dessa modalidade de ensino. Nos últimos dois anos o ensino ofertado nos CEJAs passou por reformulações substituindo o atendimento por Área de Conhecimento pelo sistema carga-horária-etapa - Disciplina/Presencial, um método que parece valorizar mais o quantitativo de horas do que o próprio ensino, gerando no aluno a ideia de que para ter o certificado de conclusão do ensino fundamental e médio basta cumprir com o requisito necessário: a carga horária.

Vemos essas mudanças como fatores nocivos ao processo de ensino-aprendizagem, porque precisamos considerar a heterogeneidade do público da EJA, bem como seus interesses, preocupações, necessidades, expectativas em relação à escola e ao processo educacional, e também suas vivências e identidade, a fim de construir uma proposta pedagógica que considere essas e outras particularidades.

Apesar de reconhecermos os avanços recentes na área educacional nas últimas décadas, a história do Brasil nos mostra que a falta de atenção à educação é uma herança nacional voltada para atender os interesses políticos para ampliar os "currais" eleitorais mantidos pelas práticas "clientelísticas" ou apenas com o intuito de formação básica para mão

de obra, nunca sendo tratada como uma prioridade para as políticas de inclusão social (FREIRE, 2006).

Dessa forma, as mudanças em curso em Mato Grosso, especialmente a aplicação do novo método Carga-horários/Etapa, fomentam discussões internas e externas à comunidade escolar, muito pelo caráter quantitativo e imediatista da proposta que parece não primar pela construção de saberes e evolução do estudante no processo de aprendizagem, mas sim tornar a educação num "banco de horas" para aluno. O novo método também não oferece mais uma formação direcionada e atenta às particularidades dos sujeitos em educação tardia. E a medida em que qualidade do ensino ofertado pelas escolas de EJA, é ameaçada pela significativa contenção de gastos, acaba por colocar em risco a proposta pedagógica voltada para emancipação dos estudantes e a descaracterização dessa modalidade no estado.

E sob a ótica do capital, a educação é um investimento que está a serviço da preparação de mão-de-obra contribuindo para o aumento da produtividade da sociedade e também uma ferramenta que possibilita a emancipação do ser humano, utilizada como instrumento de reprodução desse sistema excludente e fabricante da desigualdade social (SAVIANI, 2012).

Notas Finais

Nossas considerações, ainda não conclusivas vem nos mostrando a necessidade de, compreendermos que este estudo é importante a fim de provocarmos reflexões sobre a concepção de EJA que temos em Mato Grosso, sobre a qualidade do ensino que é ofertado pela EJA e como a formação continuada dos professores garante que sejam respeitadas as especificidades de público.

Essas reflexões nos fizeram perceber que a educação em todas as suas dimensões, em especial, quando nos referimos a gestão estatal é colocada no plano inferior as prioridades do Estado.

Em Mato Grosso, desde 2008, temos percebido que a Educação de Jovens e Adultos tem sofrido constantes descasos pelo poder público, principalmente com fechamentos de escolas especializadas na modalidade e desvio de recursos para outras áreas da gestão.

Ao longo dessa pesquisa, evidências têm sido constatadas de que o Estado preocupa pouco com a formação dos professores que atuam diretamente com essa modalidade de

ensino. Isso nos faz inferir que em mais de uma década, a Educação de Jovens e Adultos tem cada vez mais perdido espaço na esfera pública estatal, uma vez que não vemos execução de políticas voltadas a essa modalidade de ensino.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educação e Sociedade. Campinas – SP, 2005.

FERREIRA, Gislane Dias Florentino; ALCÂNTARA, Liliane C. S.; GAHYVA, Suzana Rondon. **Identidade do aluno EJA**. Profiscientia – Periódico Multidisciplinar do IFMT, Cuiabá, v. 4, p. 185-208, 2013. Disponível em: <http://www.profiscientia.ifmt.edu.br/profiscientia/index.php/profiscientia/article/view/42/43>. Acesso 29 set 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALTUNG, Johan. Literacy, education and schooling: for what? In: H.J. Graff (Org.), **Literacy and Social Development in the West: A Reader**. Cambridge: Cambridge University Press. Development in the West: A Reader. Cambridge: Cambridge University Press. 1981.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (org.). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Brasília: INEP, 2018.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar 2018**. Brasília: INEP, 2019.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Microdados do Censo da Educação Básica 2009-2018**. Brasília, MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 29 set 2020.

LEÃO, Marcelo Franco; OLIVEIRA, Eniz Conceição; DEL PINO, José Claudio; FREITAS, Maria Cristina Szczeny de. Centros de Educação de Jovens e Adultos: Uma forma de ofertar educação a quem não teve oportunidade na idade própria em Mato Grosso. **Revista Thema**.

2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/293190371_Centros_de_Educacao_de_Jovens_e_Adultos_Uma_forma_de_ofertar_educacao_a_quem_nao_teve_oportunidade_na_idade_propria_em_Mato_Grosso>. Acesso em: 29 set 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU. 1986.

MACHADO, Laudir Lemos; CERVERA, Maria Christina S. F. Um estudo histórico da modalidade de ensino EJA - Educação de Jovens e Adultos como uma política de inclusão com responsabilidade social. **Revista Internacional de Debates da Administração Pública**. São Paulo, SP. v.3. n.1. p. 48-58, Jan-Dez, 2018.

MATO GROSSO. Secretaria do Estado de Educação (SEDUC). **Seduc vai ampliar EJA com Escola Integrada de Educação Básica; Cejas não serão fechados**. 2020. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/-/16008642-seduc-vai-ampliar-eja-com-escola-integrada-de-educacao-basica-cejas-nao-serao-fechados>>. Acesso em 07 abril 2021.

PAIVA, Jane. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito educação de jovens e adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**. V. 11, nº 33. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a12v1133.pdf> Acesso em 25 set 2020.

PAIVA, Jane; JEFFREY, Debora Cristina; OLIVEIRA, Rubens Barbosa; VOLPE, Geruza Meirelles. **Diagnóstico da qualidade de ensino na Educação de Jovens e Adultos: um estudo de caso**. In: I CONGRESSO NACIONAL SOBRE PROGRAMAS EDUCATIVOS PARA JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: qualidade em questão. Disponível em: http://antigo.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao_de_Jovens_e_Adultos/Diagnostico_da_qualidade_de_ensino_na_Educacao_de_Jovens_e_Adultos_-_um_estudo_de_caso_-_Jane_Paiva.pdf 2015. (Congresso). Acesso em: 18 set 2020.

PAIVA, Jane; SALES, Sandra Regina. Contextos, perguntas, respostas: o que há de novo na educação de jovens e adultos? **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, vol. 21. n 69. 2013. p. 1-15. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2750/275029728068.pdf>>. Acesso em: 18 set 2020.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade - considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola**. Educar, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602007000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 09 set 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42^a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; 5).

SOARES, Leôncio. O educador de jovens e adultos e sua formação. **Educação em Revista** [online]. 2007, n. 47, pp.83-100. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982008000100005>>. Acesso 27 set 2020.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>. Acesso em: 24 maio 2021.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.